

Cauma vai discutir hoje a invasão de áreas públicas

18 SET 1991

JORNAL DE BRASÍLIA

Paulo Cabral 19.12.90

A discussão da ocupação de áreas públicas no DF é o principal assunto da reunião do Conselho de Arquitetura Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) a partir das 9h00 de hoje no Palácio do Buriti. No rastro da ocupação de terras, os conselheiros apreciam ainda alguns processos de interesse das cidades-satélites, além do primeiro lote do Pólo Verde que será localizado entre a entrada do Lago Norte e o balão do Torto.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano e conselheiro, Newton de Castro, o Pólo Verde terá preferência na discussão, a pedido da Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia (Sematec), que pretende vê-lo concluído como parte das comemorações do Dia da Árvore. Trata-se, na realidade, de uma política a ser implementada pela Sematec com o objetivo de incentivar a produção e plantio de mudas de árvores frutíferas e ornamentais.

Para isso serão criados cinco pólos nas principais entradas da cidade "uma espécie de parque ou viveiro", como os define Newton de Castro. Esse primeiro terá uma área de cinco mil metros com 400 metros quadrados de área construída. Os conselheiros do Cauma discutem hoje o detalhamento do projeto.

Áreas públicas

Mas é sem dúvida a ocupação das áreas públicas a grande vedete do encontro. O assunto vem despertando o interesse de todo o DF diante dos abusos cometidos principalmente por comerciantes do Plano Piloto e objeto de quatro horas de esclarecimento do secretário do SDU na Câmara Legislativa. De



Invasão do comércio na Asa Sul é a mais grave, diz Castro

acordo com Newton de Castro, existem dez tipos de ocupações irregulares "mas a mais grave é a do comércio local da Asa Sul", admite, rechaçando que o motivo seja falta de fiscalização "ela pode ser intensificada mas é impossível se cobrir toda a área já que o trabalho dos fiscais é delicado e deve ser feito de forma discreta e responsável

para evitar injustiças", avalia.

Quanto às possíveis soluções, Castro prefere deixar a cargo dos 20 conselheiros "já que esta não é uma decisão pessoal", pondera, acrescentando de qualquer forma que a decisão deve passar por "regularizar o regularizável e impedir a ocupação do que não é possível", conclui.